

Superior Tribunal de Justiça

**Acordo no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.552.638 - BA
(2019/0220503-8)**

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : ELEVADORES OTIS LTDA
ADVOGADOS : ANDRÉA FREIRE TYNAN - BA010699
IRACEMA MACEDO SANTANA DE SOUZA NETA - BA022165
URSULA FRÓES CORDEIRO GALVÃO - BA026563
AGRAVADO : CONDOMINIO CENTRO MEDICO ODONTOLOGICO
ARTUMIRO FONTES
ADVOGADO : PAULO CESAR PONTES DE SOUZA - BA005491

DECISÃO

Às fls. 579-581 (e-STJ), a agravante ELEVADORES OTIS LTDA e o agravado CONDOMINIO CENTRO MEDICO ODONTOLÓGICO ARTUMIRO FONTES noticiam a celebração do acordo entre as partes, expõem os termos da avença e requerem a homologação do referido pacto.

É o breve relatório. Decide-se.

1. A realização de acordo entre as partes, sem qualquer reserva, representa ato incompatível com a vontade de recorrer.

Neste contexto, observo que os advogados IRACEMA MACEDO SANTANA DE SOUZA NETA e PAULO CESAR PONTES DE SOUZA subscritores da minuta do acordo possuem poderes para tanto, conforme as procurações de fls. 34 e 175 (e-STJ). Assim, encontram-se cumpridas as formalidades dos artigos 104 e 105 do NCPC.

Embora a homologação de acordo esteja ente as atribuições do relator, nos termos do art. 34, IX, do RISTJ, considerando os termos da avença e em homenagem ao princípio da economia processual, devem os autos serem remetidos ao juízo de origem, pois a execução do pacto e eventuais divergências acerca de seu cumprimento deverão ser processadas e decididas em primeira instância.

2. Do exposto, com fundamento no art. 932, inciso III, do NCPC e art. 34, IX, do RISTJ, julgo extinto o procedimento recursal, ante a perda do objeto, e determino o retorno dos autos à origem para homologação e acompanhamento do acordo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator